

REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
ASSESSORIA DE ACOMPANHAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS

REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS

ISSN 1807-1279
volume 4 número 2
dezembro 2007

Brasília-DF
CGGE
FUNAI

© 2010 FUNAI

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Revisão referências bibliográficas: Cleide de Albuquerque Moreira - CRB 1100/SEBIB/CGGE

Catálogo: Cleide de Albuquerque Moreira - CRB 1100/SEBIB/CGGE

Revisão: Karla Carvalho/CGGE

Capa: Desenhos Asuriní e Karajá/Cestos Baniwa-AM

Projeto gráfico/editoração eletrônica: Marli Moura/CGGE

Dados internacionais de catalogação
Biblioteca Curt Nimuendaju

REVISTA DE ESTUDOS E PESQUISAS. Brasília: FUNAI: AAEP/CGGE,
v.4, n.2, dez., 2007 –

Semestral

ISSN 1807-1279

1. Política Indigenista 2. FUNAI 3. Terras Indígenas 4. Patrimônio Imaterial
5. Cultura Material 6. Trançados Indígenas 7. Tukano 8. Línguas Indígenas
9. Mineração 10. Impacto Ambiental 11. Apinayé 12. Contato Interétnico 13.
Geografia I. Fundação Nacional do Índio II Assessoria de Acompanhamento de
Estudos e Pesquisas

CDU 572.95(81)

Fundação Nacional do Índio - FUNAI
Diretoria de Administração e Gestão - DAGES
Coordenação Geral de Gestão Estratégica - CGGE
SEPS Q. 702/902 - Ed. Lex - 1º Andar
CEP 70390-025 - Brasília-DF - Brasil
Telefones: (61) 3313-3601 / 3313-3604 - Fax: (61) 3313-3653
seii@funai.gov.br
<http://www.funai.gov.br>

SUMÁRIO

- 07 **EDITORIAL**
- 13 **A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990)**
Elias dos Santos Bigio
- 95 **Materializando saberes imateriais: experiências indígenas na Amazônia Oriental**
Dominique Tilkin Gallois
- 117 **Trançados indígenas norte amazônicos: fazer, adornar, usar**
Lucia Hussak van Velthem
- 147 **O sistema de classificação nominal do Tukáno**
Thiago Costa Chacom
- 199 **Os Apinayé: informações sócio-históricas**
Francisco Edviges Albuquerque
- 221 **Aspectos legais da mineração em terras indígenas**
Melissa Volpato Curi
- 253 **Da invisibilidade da questão indígena na geografia: relato de participação no V Simpósio Nacional e I Internacional sobre Espaço e Cultura**
Sandoval dos Santos Amparo



EDITORIAL

Desnecessário abordar as dificuldades em manter uma publicação especializada dentro da periodicidade estabelecida pelo Conselho Editorial da mesma, em face dos inúmeros fatores adversos a serem enfrentados e vencidos nesse processo. Todavia, ainda que com atraso, apresentamos o volume 4, número 2, da Revista de Estudos e Pesquisas, publicação técnico-científica da Funai composta por artigos que abordam diferentes aspectos da temática indígena, correspondente a dezembro de 2007.

Este número da Revista tem um simbolismo especial, uma vez que, em 5 de dezembro de 2007, a Fundação Nacional do Índio completou 40 anos de sua criação, período este que foi de muitas lutas e obstáculos a serem vencidos pelo órgão indigenista e, conseqüentemente, pelos povos indígenas. E, dentro dessa ótica, a publicação de mais esse número é também um ato de resistência e superação.

Após todos esses anos de história, certamente há muito o que destacar a respeito da importância da Funai, não só para os povos indígenas, mas para as gerações futuras da nossa sociedade. Afinal, diferentemente do que defendem alguns segmentos, os povos indígenas não são nem nunca foram

empecilho para o desenvolvimento e o progresso do país. Muito pelo contrário, o mais correto seria considerá-los como os grandes aliados do futuro da nação, por inúmeras razões, como por exemplo o fato de que os territórios tradicionais indígenas são as áreas mais bem preservadas em todo território nacional, num contexto em que, não raro, predomina a devastação dos recursos naturais.

As terras indígenas demarcadas pela Funai, muitas das quais ainda antes da Constituição Federal de 1988, na maioria das vezes foram regularizadas “a mano militar”, pelos servidores da Funai, junto com os índios. Naquela época, em que se vivia em um regime de exceção, sob um governo militar, e nem se falava e muito menos se respeitavam os direitos humanos, os servidores da Funai lutavam em defesa dos povos indígenas e de seus territórios tradicionais, que eram invadidos diariamente, resistindo a todo tipo de pressão dos mais diversos interesses das frentes de expansão da sociedade nacional.

Assim, na ocasião em que a Funai completa 40 anos, não poderíamos deixar de fazer referência, neste editorial, aos servidores que honraram a tradição indigenista implantada por Cândido Rondon, mantendo sempre a lealdade aos povos indígenas. Sendo que é graças à dedicação desses servidores, que lutaram ombro a ombro com os povos indígenas, resistindo, não só garantindo a sobrevivência física e cultural desses povos, mas principalmente demarcando seus territórios tradicionais, que hoje aproximadamente 12,78% do território brasileiro está demarcado como terras indígenas.

A importância desse vasto território da União, preservado pelos povos indígenas, é que neles se está garantindo a sobrevivência da fauna e da flora, as fontes de água potável, a biodiversidade, enfim, a vida, para as gerações futuras, como já foi dito e como sempre frisam as próprias lideranças indígenas. E, sem dúvida, quando viajamos pelo Brasil, podemos perceber claramente que preservação ambiental só existe nas terras indígenas, o restante está se tornando pastos e invernadas para gado, plantações de soja, arroz e similares.

Homens como George Zarur e Carlos Moreira Neto foram responsáveis pela formação de toda uma geração de indigenistas na década de 70 do século passado, pessoas formadas com o compromisso de lutar sempre em defesa dos direitos dos povos indígenas e de suas terras, respeitando e valorizando a cultura de cada povo. Pessoas estas que conscientizaram os servidores da Funai de que, tão importante quanto a política indigenista é a ação indigenista. Ou seja, garantir a presença do Estado brasileiro junto aos mais de duzentos povos indígenas existentes no nosso país. Sendo importante lembrar que foi naquele momento histórico que começou a curva ascendente da população indígena brasileira, contrariando inclusive a previsão de Darcy Ribeiro de que os povos indígenas estavam a caminho da extinção.

Todavia, os povos indígenas continuam tendo inúmeros problemas, a pressão sobre eles continua, e até aumentou, pois agora há também o interesse no conhecimento tradicional desses povos, que são vítimas constantes da biopirataria. O Estado, por sua vez, demonstrando seu lado perverso, pulverizou as ações indigenistas, distribuindo-as em mais de uma dezena

de ministérios, dificultando o acesso dos índios aos seus direitos, enfraquecendo a Funai e retirando suas atribuições constitucionais. No entanto, mesmo assim, o órgão indigenista, a exemplo dos povos indígenas e juntamente com eles, resiste e luta.

Nesta revista temos o artigo de Elias dos Santos Bigio, servidor da Funai e doutor em História, intitulado “A ação indigenista brasileira sob a influência militar e da Nova República (1967-1990)”, no qual ele comenta a dificuldade de colocar pessoas preparadas nos postos indígenas do SPI, depois Funai, bem como trata da defesa feita por pessoas como Malcher, Darcy Ribeiro, Roberto Cardoso de Oliveira, ao SPI, por ocasião da extinção do mesmo. Darcy Ribeiro faz questão de frisar que “os últimos quatro anos de administração militar já não eram inspirados nos princípios filosóficos do Rondon”.

No artigo de Dominique Gallois aborda-se um assunto de suma importância, que são as experiências de representação do conhecimento e práticas culturais por comunidades indígenas do Amapá e norte do Pará. “Materializando saberes imateriais: experiências indígenas na Amazônia Oriental” nos apresenta com muita propriedade uma nova pressão, exercida por parte dos não índios, sobre a circulação de bens culturais indígenas.

Lucia Van Velthem, em seu artigo “Trançados indígenas norte amazônicos: fazer, adornar, usar”, brinda-nos com excelente artigo no qual demonstra que, ao contrário da sociedade nacional, nas aldeias, a cultural material dos povos indígenas participa decisivamente da produção e reprodução

social, definindo relações individuais e coletivas, confirmando padrões sociais e reforçando valores fundamentais.

Thiago Chacon, no artigo intitulado “O sistema de classificação nominal dos Tukano”, aborda aspectos das línguas da família Tukano com base em critérios semânticos, gramaticais, nomes e verbos.

“Os Apinayé: informações sócio-históricas” é o artigo de Francisco Albuquerque, no qual ele traça um histórico da luta desses índios pelo seu território, sempre sobre a ótica sociocultural dos mesmos.

Outro artigo que trata de um assunto não só atual como polêmico é o de Melissa Volpato Curi, “Aspectos legais da mineração em terras indígenas”, no qual ela faz uma abordagem jurídica sobre a questão da mineração em terras indígenas, analisando a viabilidade de sua implementação.

Finalizando, temos o artigo de Sandoval dos Santos Amparo, intitulado “Da indivisibilidade da questão indígena na geografia: relato de participação no V Simpósio Nacional e Internacional sobre Cultura”, no qual ele trata principalmente invisibilidade dos povos indígenas na geografia brasileira.

No intuito, pois, de que esta publicação traga novos estudos e contribuições para os estudantes, professores e demais profissionais interessados em conhecer a realidade indígena brasileira, apresentamos o Volume 4, n.º 2 da Revista de Estudos e Pesquisas da Funai.

Claudio dos Santos Romero
Antropólogo
Editor-Chefe

